VII Congresso Internacional de Educação
10 a 13 maio de 2017
Santa Maria RS - Brasil
EDUCAÇÃO HUMANIZADORA: valorizando a vida na sociedade contemporânea
ISSN 2446-5542

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM ESTUDO DE CASO EM ESPAÇO ESCOLAR

Camila Richter*

Cleusa Inês Ziesmann**

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou sobre a educação inclusiva e o atendimento educacional especializado oferecido a alunos que estão matriculados em escolas do município de Cerro Largo. O objetivo foi de conhecer quais são as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores das escolas de educação especial e de ensino regular para efetivar o processo de ensino e aprendizagem, considerando as diversidades em sala de aula, com vistas à promoção e garantia da inclusão de todos os alunos. Para tanto a pesquisa se insere na modalidade estudo de caso. A intenção da pesquisa é contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas adotadas nas escolas, priorizando processos de ensino e de aprendizagem de qualidade, especialmente quando se tratar de crianças com deficiência. Ao mesmo tempo, o propósito da pesquisa é contribuir para a formação docente, com o fim de propor uma discussão sobre educação inclusiva de qualidade para todos. Dessa forma, esta pesquisa pretende indicar melhorias nas ações pedagógicas referentes às práticas pedagógicas e ao processo formativo de professores para o atendimento de crianças com deficiência, tanto na educação básica do ensino regular, como nas escolas de educação especial, beneficiando diretamente os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Educação inclusiva. Formação de professores.

Introdução

A educação inclusiva busca contemplar e promover a transformação do fazer pedagógico no âmbito escolar e, também, o reconhecimento da diversidade com vistas à qualidade da educação, pois as demandas educacionais dos alunos com deficiência[1] vêm

* Graduanda de Ciências Biológicas na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS. E-mail: richter.camilinha@hotmail.com

** Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS. Doutoranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica. E-mail: cleusa.ziesmann@uffs.edu.br

[1] Em nosso texto usamos o termo "pessoa com deficiência", em consonância com a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e, ainda, por ser usado esse termo no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 13/12/06, pela Assembleia Geral da ONU.

sendo visualizadas sob um olhar mais qualificado e, consequentemente, a necessidade de mudança de paradigma aumenta nos espaços políticos educacionais.

Segundo Veltrone e Mendes (2011):

> A educação é feita de paradigmas, ou seja, modos de conceber e compreender a realidade. Atualmente, o mais novo paradigma educacional é a inclusão escolar, que defende a escola regular como espaço educacional de todos os alunos. Nasceu para se contrapor ao paradigma da exclusão escolar, em que alguns alunos eram segregados da escola regular por apesentarem características diferentes das esperadas pela instituição escolar (p. 2).

Nesse sentido, entendemos ser necessário buscar uma instituição que contemple o atendimento a todos os alunos nela inseridos, que tenha como premissa o atendimento de uma demanda plural e diversificada, realizado por profissionais qualificados que os possam atender com qualidade de ensino. Essa escola, necessariamente, precisa ter em seu quadro efetivo profissionais da educação que consigam, de maneira inusitada, organizar suas atividades com o domínio de conhecimentos básicos, que auxiliem no trabalho com alunos com deficiência, para assim, através de suas ações pedagógicas, reorganizarem uma escola que prima pelo sucesso de todos, dentro do princípio ético da inclusão escolar.

Dessa forma, percebemos que para garantir uma aprendizagem para todos os alunos é necessário que asseguremos o acesso ao currículo escolar e à sua permanência, por meio de práticas pedagógicas que venham atender à necessidade de todos os educandos, por meio de planejamentos, estratégias e metodologias de ensino diferenciadas, e ainda, práticas que permitam que o processo de avaliação possa ser realizado de acordo com o tempo e necessidade do aluno durante o seu processo de aprendizagem.

Tais observações nos fizeram refletir sobre a temática da inclusão escolar e a querer investigar sobre o que acontece no contexto de escolas especiais e em escolas de ensino regular da rede pública no município de Cerro Largo, em especial sobre as práticas pedagógicas, pensando em uma educação de qualidade, de apoio e de formação para com os alunos com deficiência.

A presente pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Regular e em uma escola de Educação Especial, ambas situadas no município de Cerro Largo, aprovado pelo Comitê de Ética no CAAE nº 56839316.9.0000.5564. Assim, nosso objetivo principal constitui em investigar e conhecer quais são as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores das escolas de educação especial e de ensino regular, em suas salas de aula, para efetivar o

processo de ensino e aprendizagem, considerando as diversidades em sala de aula, com vistas a promover a inclusão de todos os alunos.

Para garantir o anonimato dos participantes, denominamos os participantes como PR1 a professora da escola regular, A1 como aluno observado e ainda, PE2 a professora especialista. A pesquisa contou com a participação de professores atuando nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas regulares, com formação em Educação Inclusiva e/ou Educação Especial e a equipe diretiva de ambas as escolas. Esse estudo caracterizou-se como um Estudo de Caso, com a abordagem metodológica qualitativa. De acordo com Chizzotti (2006), "ao analisar os dados a partir da coleta de dados faz com que, de maneira significativa, atentamos ao rigor e objetividade que uma pesquisa exige". Assim, podemos vivenciar conhecimentos para aplicação da prática, com o intuito de solucionar problemas específicos, envolvendo realidades e interesses locais.

Conforme as autoras Silva e Menezes (2005) a "pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos" (p. 20). Dessa forma, o processo de pesquisa aqui referido permitiu interpretações, análises e reflexões sobre os dados produzidos, os quais estão relacionados a processos e práticas de ensino e de aprendizagem desenvolvidos tanto nas redes de ensino regular, quanto na rede de ensino especializada.

A partir disso, para que pudéssemos considerar alguns dados que poderiam ser relevantes nesse contexto e sanar nossas inquietações e, possíveis aspectos que giram em torno desta pesquisa sobre a inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, surgem algumas questões norteadoras do nosso estudo:

- *Quais práticas pedagógicas são usadas em sala de aula para propiciar aprendizagem escolar de alunos com deficiência? E quais práticas educativas são necessárias para promover uma escola inclusiva?*
- *Como os professores discutem ao longo de sua formação pedagógica as metodologias e práticas necessárias para que o aluno com deficiência, na Educação Básica, possa elaborar o seu conhecimento? E qual formação docente é necessária para que isso se efetive realmente?*
- *Qual é o papel dos docentes no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência?*
- *Quais são as perspectivas e compreensões dos professores da sala regular e da escola especial em relação à educação inclusiva, para que possamos construir uma escola inclusiva na atualidade?*

1 O Atendimento Educacional Especializado

Quando a atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estava em elaboração, o Brasil participou na Convenção de Salamanca, assumindo o compromisso de abrir espaço na Política Nacional (LDB/96, Cap. V) para que uma educação de qualidade fosse oferecida a todos os brasileiros. Portanto, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o aluno que possui necessidades educativas especiais é visto como um ser com infinitas possibilidades, que precisa de um atendimento especializado para desenvolver suas potencialidades.

Com a Declaração de Salamanca (2004) foi preciso que houvesse algumas mudanças nos programas de ensino oferecido pelas escolas, uma readequação das próprias instituições e também modificação na formação de professores, para que pudessem oferecer um ensino de qualidade, suprindo as exigências e as necessidades de poder atender todos os alunos com deficiência, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), todos têm direito a 'oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames'.

Conforme o Parecer Nº 17/2001, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), o conceito de educação inclusiva implica em redimensionamento das ações na escola regular, com a proposição no currículo, nas metodologias de ensino, na avaliação e na postura dos educadores de ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas diversificadas. Então, conforme a lei pode-se concluir que se faz necessário que as instituições de ensino estejam preparadas e aptas a receberem todos os tipos de alunos, a fim de se tornarem escolas inclusivas.

A Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu artigo 8º, prevê a educação para múltiplos sujeitos, objetivando a troca de saberes, a socialização e o conhecimento segundo diferentes abordagens, "[...] exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias".

Ainda na mesma resolução, o Art. 4º também prevê que as bases que dão sustentação ao Projeto Nacional de Educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os alunos de um ensino ministrado de acordo com os princípios da "igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola".

A Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, integra a proposta de todas as instituições de ensino que visam promover o atendimento educacional especializado. Assim, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O termo Atendimento Educacional Especializado (AEE) está descrito na Constituição Federal de 1988, discussão que estava presente, até então, apenas nos documentos legais, aparecendo como 'educação especial'. Nesse período, a educação especial estava encarregada de atender às crianças com deficiência, que em geral não frequentavam escolas regulares. Dessa forma, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, deve ser oferecido a todos os alunos com deficiência, de forma gratuita. Esse atendimento acontece de forma transversal em todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede regular de ensino, no turno oposto.

Em consonância com esse decreto, o Atendimento Educacional Especializado compreende um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, prestados de forma complementar à formação de estudantes com deficiência e suplementar à formação, visando proporcionar autonomia e independência dentro e fora do espaço escolar.

Toda a proposta do Atendimento Educacional Especializado deve estar articulada com a proposta da escola comum, descrita em seu Projeto Político Pedagógico, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. O atendimento deve ser realizado por profissionais da educação com conhecimentos específicos, como o domínio da Língua Brasileira de Sinais - Libras, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para pessoas surdas, do Sistema Braille, do Sorobã (ábaco japonês com versão adaptada para deficientes visuais), além de orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos, atividades de vida autônoma e tecnologia assistiva.

O professor que trabalha nessas salas deve possibilitar e organizar um currículo acessível a esse aluno, assim fazendo com que ele participe das atividades propostas, adquirindo conhecimento e desenvolvendo sua autonomia para ser independente.

Para tanto, conforme Alves (2006, p. 15), "o Atendimento Educacional Especializado constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns". Com isso, compreendemos que é fundamental para o desenvolvimento desse aluno, o trabalho conjunto entre os professores do ensino comum e os do AEEs, pois as

duas ações possuem particularidades e ambas têm como objetivo potencializar o desenvolvimento das potencialidades, habilidades, plena participação na sociedade e o desenvolvimento da aprendizagem da criança com deficiência.

A proposta da inclusão é uma proposta para a melhoria na qualidade de vida e no processo de ensino e de aprendizagem, que visa oportunizar o exercício da cidadania de todos os sujeitos que estão incluídos nos espaços educativos. Para que ela se concretize, não basta simplesmente inserir ou aceitar sujeitos, é necessário que cada um seja acolhido com suas necessidades individuais e que estas sejam respeitadas e igualizadas, criando a igualdade de oportunidades para todos.

2 A formação docente na perspectiva da educação inclusiva

A história da Educação Especial embasa-se na formação de docentes capacitados para trabalhar com alunos com deficiência. Conforme o MEC, o atendimento aos alunos com deficiência teve início no período do Império.

> No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (MEC, 2008, p. 6).

A formação docente, embasada na Educação Especial direciona-se para a qualificação de profissionais, a fim de reconhecer as necessidades dos alunos, compreender o processo de aprendizagem desse sujeito e o meio onde ele está inserido. Sendo assim, a formação docente necessita de um (re) planejamento do Estado, no sentido de preparar atividades formativas que visam considerar o aluno como um ser com infinitas possibilidades de construções cognitivas.

Para uma melhor qualificação no atendimento educacional inclusivo, é necessário que haja um planejamento em que os formadores possam se capacitar de modo a atender aos seus alunos, para que possam atender de maneira qualificada, de acordo com as necessidades e especificidades, pois as dificuldades dos alunos devem ser sanadas.

Segundo Viegas (2012):

> Torna-se imprescindível que a Educação Especial seja discutida e problematizada no interior das escolas para que se busquem alternativas de inovação didático-pedagógica que contribuam para o avanço em termos de construção do conhecimento por parte das pessoas com deficiência, cumprindo a escola com sua função social (p. 37).

Para tanto, acreditamos ser necessário reavaliar tanto a formação dos profissionais da educação, que deve voltar-se mais para uma formação que possa orientar e mediar o ensino para a melhor aprendizagem dos alunos, assumindo assim a responsabilidade em trabalhar com a diversidade existente nas escolas, para que se efetive o acolhimento de alunos com diferentes perspectivas de aprendizagem, com adequação das escolas em relação ao seu espaço arquitetônico, a fim de garantir o acesso e a permanência de todos na escola.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994):

> É imprescindível que todos as instituições de ensino, bem como os profissionais que nela atuam, estejam preparados para o atendimento de crianças com deficiência, pois "as escolas necessitam se adequar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras". (p. 6).

Segundo Nóvoa (1995, p.26), "a formação de professores precisa ser repensada e reestruturada como um todo, abrangendo as dimensões da formação inicial, da indução e da formação continua". De nada adianta preocupar-se com a formação em nível superior se depois esta formação não será continuada. Marques (2000, p 12) acentua que a capacitação – qualificação – do profissional do magistério deve ser constante e em serviço, "formação humana na forma do exercício ativo e compromissado da profissão", superando assim o conceito de formação como algo acabado após a conclusão de um curso superior, devendo ser um processo constante.

O professor deve estar ciente de que a educação formal de uma criança, adolescente ou adulto exige por parte do docente a inovação e a transformação, e não a repetição. Mas para que isso ocorra, a profissão docente deve ser mais reconhecida pela sociedade e pelas mantenedoras, que por sua vez devem estar atentas às mudanças sociais e culturais.

Devemos destacar que o trabalho docente voltado para a Educação Especial vai além de conhecer as deficiências, pois deve compreender o aluno e o meio onde ele está inserido, e suas relações com os outros sujeitos. Sendo assim, a formação docente pretende ir além dos planejamentos de ensino, visando considerar o sujeito, ou seja, o aluno, como agente ativo, conforme já foi dito, como um ser com infinitas possibilidades de construções cognitivas.

3 Análise e discussão da imersão na escola regular

Os professores necessitam de múltiplos saberes ao ingressarem na escola, sendo que esses saberes são ainda mais importantes quando se tem alunos com deficiência. Esses alunos possibilitam aos professores revelarem suas intenções em obter bons resultados ou não durante sua experiência na sala de aula. Os futuros professores, ao sair da formação acadêmica, também devem ter clareza sobre a condição de ser professor, pois ao iniciar a vida docente, talvez não estejam preparados intelectualmente, mas devem estar prontos para buscar mais conhecimentos durante a caminha profissional.

Hargreaves (2002, p.186), afirma a necessidade de "o professor estar preparado para enfrentar os desafios na escola e desempenhar o seu papel com dedicação, imaginação e paixão", e tentar de forma muito criativa "buscar ligar o currículo aos entendimentos prévios dos jovens, quando eles vêm de culturas e histórias diferentes". Ademais para Glat, 2007:

> A educação inclusiva representa mais que uma proposta educacional, ela a considera uma concepção de escola que busca por respostas educativas que respondam às necessidades apresentadas por seus alunos, em conjunto, e a cada um deles em particular, implicando isso em um processo de reestruturação dos seus aspectos constitutivos. Oferecer um ensino de qualidade para todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem como propõe a Educação Inclusiva não é tarefa simples (p. 30).

Embasadas por esse excerto, as investigações começaram após um pré- contato com a professora PR1 professora do quinto ano, das séries iniciais, para saber se era possível realizar algumas observações em sala de aula, pois era na classe dessa professora que o aluno a ser observado frequentava e estava incluído. Devido às circunstâncias, foram utilizadas na pesquisa as informações, observações e dados relacionados com a PR1, pois foi com essa professora que tive maior contato na escola regular devido aos fatos se ligar mais a turma em que ela era a professora titular.

Foram então iniciadas as observações das atividades pedagógicas em sala de aula, que contava com uma turma de alunos bem heterogênea. PR1 possui licenciatura em pedagogia, percebeu-se durante as observações que a mesma sabia diferenciar as dificuldades e as potencialidades que cada aluno apresentava. A docente tentava auxiliá-los em suas atividades da melhor maneira possível, possibilitando que os mesmos tivessem as mesmas "chances" que os demais. Um exemplo foi em relação a uma atividade que ela desenvolveu em sala de aula, com prática de leitura, tendo a presença de A1, (aluno com deficiência intelectual abaixo

da média); a professora conseguiu organizar a sua aula com atividades práticas que proporcionaram que esse aluno pudesse participar sem nenhuma dificuldade.

Para não constranger o aluno, aqui denominado como A1, ao realizar as observações em sala de aula fiquei um pouco distante para observar as suas atividades com a leitura, porém próximo o suficiente para conseguir comprovar que o aluno é um bom leitor e segue o ritmo da turma sem nenhuma dificuldade, por causa dos materiais adaptados para ele pela docente da turma. Percebemos que a turma dá ênfase a suas capacidades e potencialidades, como os seus desenhos.

Notoriamente percebeu-se que o A1 é tímido e prefere ficar calado. Da mesma forma, percebeu-se que a PR1 criou estratégias metodológicas para atender às necessidades do aluno, como uma gincana distribuída entre os trimestres do ano letivo, onde dividiu as turmas em dois grupos. Cada grupo criava atividades para estimular a aprendizagem dos conteúdos e, ao mesmo tempo, era um meio de integrar todos os sujeitos da sala de aula.

Um exemplo das atividades visualizadas foi um questionário entregue aos alunos para que eles respondessem, e quem acertasse a determinada pergunta acrescentaria um ponto para o grupo da gincana. Já em atividades na hora da Educação Física, a professora dividia o grupo para as brincadeiras, onde todos os integrantes do grupo tinham que participar e, para o grupo tornar-se campeão, somavam-se os pontos da gincana.

Durante a observação e em conversas percebeu-se que, para PR1, em 2016:

> (...) Ao iniciar o ano, em conversas obtidas com professores regentes dessa turma em anos anteriores, eu já previa um possível futuro para esse ano letivo, nessas predições era óbvio que eu deveria optar por uma nova metodologia de minha parte, também me adequar à turma, então criei esse método de competição entre a turma, onde eu pudesse envolver todas as dificuldades e capacidades da turma (PR1, 2016).

A partir das percepções da professora, observou-se o seu interesse quanto à formação de um cidadão crítico e consciente. Pensando em uma formação pedagógica é necessário que se pense uma mudança na gestão da educação, que possibilite o acesso das classes comuns e a ampliação da oferta de atendimento educacional especializado. Sem tais modificações não há condições para uma escola acolher crianças com deficiência, pois elas são crianças que estão aptas a aprender e que necessitam também de um educador engajado nessa causa.

Segundo PR1 em entrevista, 2016;

> (...) Nós entre os professores dos anos iniciais, conversamos, e nós por meio de conversas com os outros professores acabamos entrando na causa dos alunos, pois um dos meus medos é de que a hora que o aluno A1, assim como os demais alunos,

> entrem para o sexto ano nas séries finais e sofram um certo abandono pelos professores, não pela falta de qualificação deles, mas pela falta de tempo, para que eles possam oferecer um atendimento educacional mais qualificado e que atenda às exigências que os alunos requerem.(PR1,20016).

A partir desse excerto que retrata sobre os espaços e tempos formativos diferenciados para os professores da Educação Infantil para os de séries finais da Educação Básica, também se pode compreender que todos os professores possuem saberes diferentes entre si, e que, dessa forma, os professores são considerados atores em sala de aula, pois eles possuem angústias e muitas dúvidas sobre o fazer pedagógico. Ao mesmo tempo, pode-se perceber que os profissionais se preocupam com o futuro dos alunos e, principalmente, preocupam-se com o processo de aprendizagem.

Percebe-se que a avaliação realizada pela PR1 é diferenciada para o aluno com deficiência incluído na escola regular. A nota dada era a partir de conceitos ou objetivos alcançados, a partir de acordos realizados no inicio do ano letivo entre a professora da escola regular e a professora que o atendia na sala de atendimento multifuncional da escola, atendimento que o aluno também recebe uma vez por semana para as professores analisarem seu andamento nas atividades da sala de aula.

Nesses acordos, estavam incluídas atividades que estimulavam o trabalho em dupla ou em equipe, avaliando a produção individual com atividades que respeitavam o seu tempo para realizá-las, estimulando-o a participar de gincanas, dramatização e música como forma de expressão, estimulando o diálogo e as apresentações orais, desenvolvendo atividades para estimular a coordenação motora através de jogos e brincadeiras. Percebe-se com isso que o aluno, mesmo necessitando de um tempo maior para realizar as atividades escritas e possuindo um número menor de exercícios/atividades, em momento algum estava em defasagem comparando com os colegas da sala de aula.

Então se pressupõe que o educador, como mediador do processo de ensino e aprendizagem, precisa conhecer seus alunos para estar familiarizado com as estratégias cognitivas aplicadas por eles para a resolução de situações-problema. Dessa forma, esse profissional que está na escola regular conseguirá auxiliar o aluno por meio de constantes questionamentos para a elaboração de hipóteses que o aproxime cada vez mais da formalização das noções e conceitos trabalhados e, dessa maneira, o professor tem a possibilidade de fazer uma avaliação diferenciada.

A professora PR1 não possui formação específica para atender as demandas dos alunos com deficiência, mas percebe-se que a motivação e o profissionalismo dela para trabalhar com as diferenças que são enormes. Durante a entrevista, a PR1(2016) enfatizou:

> (...) é necessário que nós busquemos conhecer os nossos alunos a fim de garantir o pleno desenvolvimento de todos, por isso, procuro desenvolver práticas que integrem os alunos através de trabalhos em equipe, gincanas, artes, dramatização, para que todos se desenvolvam de forma colaborativa, os benefícios se manifestam através da realização pessoal e profissional, quando constamos que todos se desenvolvem de acordo com suas características" (PR1, 2016).

Nesse sentido, por meio dessas ações educativas, a professora busca atender de maneira adequada à diversidade do alunado, sendo que esse conjunto de ações reformuladas e associadas por ela tende a atender a diversidade de seus alunos de uma maneira igualitária. Conforme Zóia (2006), a ação do professor em sala de aula:

> [...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação. Os professores precisam tratar das relações entre os alunos, formar crianças para o convívio com as diferenças [...] (p. 23).

Com base nessas perspectivas destaca-se que, no Brasil, segundo a Portaria Ministerial nº 1793, de 1994, é reconhecida a importância e a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins, sendo recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais, relacionados às pessoas com deficiência, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em outras licenciaturas, assim como a inclusão de conteúdos específicos em cursos da área da Saúde e em outras áreas.

Conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2001:

> A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma politica de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos a educação desses alunos. (BRASIL,2001, p.25-26).

Também se prevê que na formação inicial, durante a graduação, todos os futuros profissionais da Educação Básica devem desenvolver competências para atuarem com alunos que apresentem qualquer necessidade especial. Dessa forma, acreditamos que o profissional deve estar ciente de que a educação formal de uma criança, adolescente ou adulto exige, por parte do docente, inovação e transformação, e não repetição. Mas para que isso ocorra esses profissionais devem ser reconhecidos pela sociedade e pelas mantenedoras, que por sua vez devem estar atentas às mudanças sociais e culturais.

4 Análise e discussão dos resultados obtidos na Escola de Educação Especial

Depois de realizadas as observações na escola regular, partiu-se para analisar o atendimento específico aos alunos que estão matriculados nas escolas especiais. A escola pesquisada oferece atendimento para os alunos com deficiência e, ainda, possui um acompanhamento psicológico para a maioria das famílias desses alunos, oferecendo a eles uma melhor qualidade de vida por meio de um apoio psicológico, fazendo com que esses cidadãos sejam incluídos num convívio social de maneira igualitária.

A professora entrevistada na escola especial, PE1 afirma que:

> [...] para atender as demandas e ao mesmo tempo, obedecer à legislação existente sobre a inclusão e realidade, a escola já é especial por isso já e preparada desde a sua fundação, se faz necessário capacitar os professores, preparar o ambiente e o espaço físico para atender a demanda e estar dentro do sistema educacional e social com os mesmos direitos e poder lutar pelos mesmos direitos dos cidadãos (PE1, 2016).

Também em conversas realizadas com PE1, pode-se perceber que o compromisso da escola de Educação Especial é a busca constante da melhoria da qualidade de vida do alunado, visando sempre elevar a sua autoestima e desenvolver suas potencialidades dentro de um ambiente onde o alunado se sinta valorizado, respeitado e feliz.

A escola de educação especial conta com um quadro de professores capacitados para atender aos alunos com deficiência. A maioria dos profissionais possui formação específica na área em que atua, com Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial e Inclusão, cursos de Capacitação para Deficientes Mentais e vários outros cursos na área de Educação Especial.

Na escola em questão, o A1 recebe o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo atendido duas vezes por semana, e recebe o atendimento de uma professora especialista PE2, que realiza na escola esses atendimentos do AEE. A PE2 salienta que o AEE não tem o formato de um reforço escolar, porém ela identifica as necessidades de alunos com deficiência, com altas habilidades e com transtornos gerais do desenvolvimento, para poder auxiliar na sua aprendizagem.

> O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituídas á escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2010, p. 21-22).

Para tanto, a PE2 explica que o AEE serve de apoio ao desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos gerais de desenvolvimento e altas habilidades, disponibilizando o ensino de linguagens e de códigos específicos, de comunicação e sinalização. Também é responsável pela produção de materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos, acompanha o uso desses materiais e recursos em sala de aula para auxiliar no ensino dos conteúdos curriculares da escola regular.

Também conforme o depoimento da PE2:

> O AEE é organizado para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e a participação dos alunos com deficiência e dos demais alunos da Educação Especial, nas turmas das escolas comuns, constitui-se como oferta obrigatória dos sistemas de ensino, emborra participar do AEE, seja uma decisão do aluno e também de seus pais ou responsáveis. (PE2, 2016).

Com isso pode-se perceber que o AEE é necessário para os alunos com deficiência conseguirem aprimorar seus conhecimentos por meio de atividades práticas, que visam ao estímulo em aprender de forma mais lúdica e dinâmica. Isso se comprova em atividades realizadas pela professora quando trabalhava conceitos matemáticos, onde o aluno possuía maior dificuldade. A mesma transformava os cálculos matemáticos em jogos, pois segundo a professora, antes de trabalhar alguns conteúdos e conceitos abstratos é necessário que se trabalhe ou se propicie atividades que desenvolvam sua percepção através de material concreto.

Já em outro momento, a professora PE2 pediu para que o aluno lesse um fragmento de um texto e, após a leitura, que fizesse o desenho sobre a história em uma folha de papel. A professora relatou que esse aluno, há um tempo atrás, não conseguia fazer essas atividades, pois somente queria desenhar monstros ou desenhos que demostravam muita agressividade; também enfatizou que seus traços eram fortes, sem coordenação motora e que isso demostrava o quanto esse aluno estava com problemas emocionais e de aprendizagem.

Ao longo desse atendimento na escola especial, com o auxílio da equipe, pode-se perceber nesse aluno uma transformação em todos os aspectos, principalmente no que se refere ao emocional. O desenvolvimento de ações que estimulam os alunos faz com que eles se tornem autônomos. Os professores, criando suas próprias ferramentas para ensinar de forma mais lúdica, propiciam que eles mesmos possam fazer uma reflexão sobre o seu próprio trabalho e, principalmente, sobre o seu fazer pedagógico nessas salas de aula.

Gasparin (2002), em seus estudos sobre a questão do professor buscar um aprendizado diferenciado, afirma que "a instrumentalização é o caminho através do qual o conteúdo sistematizado é posto à disposição dos alunos para que o assimilem e o recriem e, e ao incorporá-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal e profissional" (p 53). Dessa forma, uma formação continuada em uma perspectiva de educação inclusiva, busca garantir a efetivação de um planejamento de ações que venham a instrumentalizar e a implementar estratégias pedagógicas diferenciadas, que evidenciam a aprendizagem do aluno de acordo com o seu tempo e suas necessidades.

Ainda, ressalta-se que a formação e a aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva para todos os docentes são imprescindíveis, a fim de fundamentar a própria prática pedagógica, legitimando o processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes, quer seja na escola regular ou na escola especial.

Considerações finais

Este trabalho de conclusão de curso se propôs a fazer uma reflexão sobre a educação inclusiva e a formação docente. Foram escolhidas duas escolas do município de Cerro Largo que atendiam o aluno com deficiência que é incluído na escola de Educação Regular e que recebe atendimento em escola especial em turno oposto, para a realização do trabalho. Então, partindo desse pressuposto, a pesquisa aqui retratada pôde vivenciar e compartilhar algumas vivências e referências que nortearam a pesquisa.

Sendo assim, acreditamos que é possível haver inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares. Dessa forma, analisamos na pesquisa também e concordamos com a ideia de que todos os alunos deveriam participar do atendimento educacional especializado, pois esse atendimento só vem a complementar e auxiliar na formação desses cidadãos.

Com isso, podemos perceber a importância da formação dos profissionais da educação, de acordo com a educação inclusiva. Seguindo nesse mesmo viés, buscamos apresentar o caminho que percorremos para a realização do presente trabalho. E, para finalizar, tentamos estabelecer conexões entre os saberes que um professor tem e como ele deve estar preparado para cumprir com as exigências do processo de ensino e aprendizado.

De forma geral, os resultados deste estudo mostraram que muitas são as possibilidades e as estratégias de se estabelecerem ambientes colaborativos entre os professores do ensino regular com os professores do ensino de educação especial. Assim, queremos finalizar o nosso trabalho enfatizando que a educação inclusiva está ganhando forças para lutar por uma

sociedade que saiba conviver com as diferenças e ao mesmo tempo combater o preconceito. Também queremos explicitar sobre a necessidade da formação docente, tendo em vista que a inclusão requer não somente a inserção do aluno com deficiência em sala de aula, mas uma educação onde são respeitadas as diferenças, visando assegurar para todos os alunos o direito de aprender.

Referências

ALVES, D. de O. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006.
BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1.793, de 27/12/94.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28/12/1994. Seção 1. p. 20767. Brasília, Imprensa Oficial, 1994.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. **Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: MAS/ CORDE, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001.** Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, 2010.

_____. PARECER CNE/CEB Nº 17/2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Declaração de Salamanca.** Brasília: MEC/SEESP, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de janeiro: 7 letras, 2007.

HARGREAVES, A. **Aprendendo a mudar**: o ensino para além dos conteúdos e da padronização. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p.149-158, 1991.

MARQUES, Mário Osório. **Formação do profissional da educação.** Ijuí/RS: Ed. UNIJUI, 2000.

NÓVOA, Antônio. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: _____. (Org.) **Profissão professor.** 2. ed. Porto: Porto, 1995, p.13-33.

SILVA E MENEZES, Edna Lúcia da; SILVA, Lúcia da Silva; MUSZKAT, Estera. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

TIBA, IÇAMI. **Quem ama educa.** São Paulo: Gente,2002.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. **Descrição das propostas do Ministério da Educação na avaliação da deficiência intelectual**. Paidéia, v. 21, n. 50, 2011.

VIEGAS, Luciane Torezan. **Educação Inclusiva:** políticas, pesquisa e formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

ZOÍA, A. Todos iguais, todos desiguais. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). **Educação:** diversidade e inclusão em debate. Goiânia: 2006.